

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.873 - DF (2019/0327957-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : CLARICE FEDOCI DE ARAUJO  
**ADVOGADO** : HENRIQUE BRAGA DE FARIA E OUTRO(S) - DF019755  
**RECORRIDO** : ANTONIO AUGUSTO LUCAS ILHA FILHO  
**ADVOGADO** : JOSE AUGUSTO JUNGSMANN - DF030482A

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por CLARICE FEDOCI DE ARAÚJO, fundamentado na alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

*"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE VALORES PERCEBIDOS A TÍTULO DE SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 833, IV DO CPC.*

*1. Nos termos do art. 832 do CPC não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis, dentre eles, os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios nos termos descritos no art. 833, IV do Código de Ritos.*

*2. Entendo que o direito amparado pelo Código de Processo Civil, que manteve o mesmo sentido do Código anterior, não pode ser mitigado em face de interpretações diversas pelo Poder Judiciário, razão pela qual impossível a penhora parcial do salário da parte agravada.*

*3. Agravo conhecido e desprovido." (e-STJ, fls. 38)*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação ao art. 833, IV, § 2º, do CPC/15, sustentando, em síntese, que *"O entendimento mais atual do Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua Corte Especial, é no sentido de que deve ser relativizada a regra de impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria, sendo permitida a penhora de parte desses proventos para pagamento da dívida, ainda que essa não ostente caráter salarial." (e-STJ, fls. 51-52).*

É o relatório. Passo a decidir.

No tocante à tese de possibilidade de penhora sobre os proventos de aposentadoria para o pagamento de dívida de caráter não alimentar, o eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao julgar a questão da penhora, fundamentou o acórdão recorrido nos seguintes termos:

***"Com efeito, consoante art. 832 do CPC, não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis, dentre eles, os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, nos termos descritos no art. 833, IV do Código de Ritos.***

*Desta forma, em obediência ao Código de Processo Civil forçoso o reconhecimento de que são absolutamente impenhoráveis as verbas de natureza alimentar, de sorte que a eventual constrição, diretamente, sobre a remuneração, deve ser indeferida.*

***Entendo que o direito amparado pelo Código de Processo Civil, que manteve o mesmo sentido do Código anterior, não pode ser mitigado em face de interpretações diversas pelo Poder Judiciário, razão pela qual impossível a penhora parcial do salário da parte agravada.***

*Portanto, uma vez não tendo havido qualquer fato novo apto a modificar o entendimento posto na decisão acima transcrita, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento." (fls. 42-43)*

Com efeito, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvadas eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família"* (Resp 1.407.062/MG. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019 - grifou-se).

Registre-se que, diferente do Código anterior (art. 649), o Novo CPC, ao cuidar da matéria (no art. 833), subtraiu do *caput* o termo "absolutamente" que antecedia a referência à impenhorabilidade dos bens e das verbas ali enumeradas. Portanto, já não se pode falar em absoluta impenhorabilidade, mas sim em relativa.

# Superior Tribunal de Justiça

Do mesmo modo, a eg. Quarta Turma, ao enfrentar a questão no julgamento do AgInt no Resp 1.732.927/DF, de minha Relatoria, na sessão do dia 12/02/2019, decidiu que o julgador, **sopesando criteriosamente as circunstâncias de cada caso concreto, poderá admitir ou não a penhora da verba alimentar, ou limitá-la a percentual razoável, sem agredir a garantia do executado e de seu núcleo essencial**, concluindo, naquele caso, pela autorização de penhora de 10% (dez por cento) sobre os rendimentos líquidos daquele devedor.

*In casu*, entretanto, apesar de se permitir a constrição dos proventos do devedor, não há nos autos, elementos informativos precisos acerca da capacidade financeira desta (valor mensal da remuneração, profissão etc.), devendo os autos retornar ao eg. Tribunal de origem para, de acordo com as balizas firmadas pelos precedentes acima mencionados, ser arbitrado o percentual adequado às possibilidades da parte executada, de modo a garantir a efetividade do processo, sem afrontar a dignidade ou a subsistência desta e de sua família.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação *supra*.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator